

Maio, e atenta a necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços, nomeio, em regime de substituição, para exercer o cargo de direcção intermédia de 1.º grau da Direcção de Serviços de Desenvolvimento dos Meios de Comunicação Social, ao abrigo do artigo 20.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o licenciado Rui Eugénio Varão Mouta, inspector superior do quadro da Inspeção-Geral da Saúde, que reúne os requisitos legais e é detentor de aptidão técnica e experiência profissional relevantes no âmbito das atribuições cometidas à Direcção de Serviços de Desenvolvimento dos Meios de Comunicação Social.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Junho de 2007.

26 de Junho de 2007. — A Directora, *Teresa Ribeiro*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Despacho n.º 17 749/2007

O Decreto-Lei n.º 33/2006, de 17 de Fevereiro, criou a figura do controlador financeiro de área ministerial, referindo no seu artigo 9.º, n.º 2, que este é nomeado por despacho conjunto do Primeiro-Ministro, do Ministro das Finanças e do ministro ou ministros da área ministerial em que actuar, de entre profissionais altamente qualificados no domínio da gestão, designadamente financeira e com conhecimento e particular sensibilidade para o sector ou sectores de actuação.

Pelo despacho conjunto n.º 340/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 20 de Abril de 2006, foi nomeado para exercer funções de controlador financeiro do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, pelo prazo de um ano, o licenciado Mário Manuel Pereira Gomes de Abreu, cujo termo terminou a 28 de Março do corrente.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 33/2006, de 17 de Fevereiro, é renovada a nomeação do licenciado Mário Manuel Pereira Gomes de Abreu para exercer funções de controlador financeiro do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

A presente renovação produz efeitos, pelo prazo de um ano, a partir de 28 de Março de 2007, sem prejuízo da possibilidade de uma nova renovação nos termos legais.

18 de Julho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Despacho n.º 17 750/2007

Nos termos e ao abrigo do n.º 4 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e por ir exercer outras funções, o engenheiro José António de Campos Correia cessa as funções de presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, que vinha exercendo, em regime de substituição, pelo despacho n.º 10 088/2007, de 8 de Maio.

A presente exoneração produz efeitos a partir de 16 de Julho de 2007.

23 de Julho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Despacho n.º 17 751/2007

Nos termos conjugados do artigo 18.º e dos n.ºs 1 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, e do Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que aprovou a orgânica das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, é nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve o mestre João Manuel Varejão de Oliveira Faria.

A presente designação fundamenta-se na experiência profissional do nomeado e na reconhecida aptidão do mesmo para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, a respectiva nota curricular, que é publicada em anexo a este despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 16 de Julho de 2007.

23 de Julho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Currículo (resumido)

Nome — João Manuel Varejão de Oliveira Faria.

Data de nascimento — 11 de Junho de 1956.

Graus académicos:

Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, Universidade Técnica de Lisboa — UTL (1985); tese de mestrado «As duas vertentes dos processos de regionalização e descentralização» (1987);

Licenciatura em Economia, pelo Instituto Superior de Economia/UTL, Lisboa (1980-1981).

Percurso profissional:

Outubro de 2003-Julho de 2007 — administrador, DG REGIO (Direcção-Geral de Política Regional) da Comissão Europeia (CE);

Outubro de 2000-Outubro de 2003 — vice-presidente da CCR (Comissão de Coordenação Regional) Algarve;

1998-1999 — assistente convidado, Instituto Superior de Economia, Lisboa;

Março de 1994-Julho de 2000 — administrador (assistente do director), Representação da Comissão Europeia em Portugal;

Fevereiro de 1993-Março de 1994 — administrador, DG II (Assuntos Económicos e Financeiros) da CE, Direcção E (Engenharia Financeira e Movimentos de Capitais);

Setembro de 1989-Fevereiro de 1993 — administrador, DG XXII (Coordenação das Políticas Estruturais) da CE, Unidade II (Técnicas de Financiamento e Relações com o Banco Europeu de Investimentos — BEI);

1989 — consultor, Coopers & Lybrand, destacado na DG XXIII (Política da Empresa) da CE, Bruxelas;

1987-1988 — consultor, grupo CEGOS Group, destacado na *task-force* PME da CE, Bruxelas;

1986-1987 — consultor, Norma-Açores, Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento Regional;

1982-1983 e 1986-1987 — assistente, Instituto Superior de Economia, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal;

1982-1983 — Departamento de Compras da Johnson Wax Co, Portugal.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.

Despacho (extracto) n.º 17 752/2007

Por despacho de 6 de Julho de 2007, foi Isabel Filipa Brochado de Abreu, técnica superior principal de nomeação definitiva do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral da Acção Social, nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica superior principal, da carreira técnica superior, de dotação global do quadro de pessoal do ex-Instituto da Cooperação Portuguesa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, no n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e na alínea c) do artigo 114.º do Decreto-Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, ficando posicionada no escalão 1, índice 510, da respectiva categoria. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Junho de 2007. — O Vice-Presidente, *Artur Lami*.